

Economia

TRABALHO

MEIO AMBIENTE

Fiscais agropecuários esperam encontro com o governo federal

Caso não seja chamada para negociação, categoria deve entrar em greve a partir de amanhã

Os fiscais federais agropecuários esperam ser chamados ainda hoje para uma audiência com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Caso o governo federal não convoque a categoria para uma reunião ou não apresente uma nova proposta salarial, os fiscais devem entrar em greve a partir de amanhã. A principal reivindicação é a recomposição das perdas salariais geradas pela inflação, equiparando os vencimentos com as demais carreiras de auditoria.

O Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) também aguarda uma audiência com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Nesse caso, o objetivo é apresentar pautas específicas da categoria, como a realização de concurso público para a contratação de



ANTONIO PAZ/JC

Exportações e importações de produtos seriam afetadas, diz Consuelo

mais profissionais, a mudança da nomenclatura para auditor fiscal, a regulamentação do adicional de fronteiras e a ocupação dos cargos de gestão do ministé-

rio por meritocracia.

De acordo com a delegada sindical da Anffa no Rio Grande do Sul, Consuelo Garrastazu Paixão Côrtes, se os profissionais

da fiscalização optarem pela paralisação, todas as importações e exportações de produtos agropecuários no Brasil podem ser afetadas. “Também temos que liberar os pallets de madeira presentes em outros produtos, o que refletiria a paralisação em outras áreas”, destaca. Entretanto, ainda não há definição se a greve seria total ou parcial.

Além disso, a categoria milita contra a terceirização dos serviços de inspeção, possibilidade que estaria sendo estudada pelo governo federal, prefeituras e empresários. “Seria uma medida inconstitucional, pois toda a fiscalização precisa ser feita por um ente público concursado com poder de polícia. Terceirizar retira a isenção do processo e poderia fragilizar a fiscalização, gerando consequências ao consumidor”, afirma Consuelo.

Caxias do Sul já pode emitir licença ambiental

O governador José Ivo Sartori, a secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini, e o prefeito de Caxias do Sul, Alceu Barbosa Velho, assinaram ontem convênio de delegação de competências das licenças ambientais para o município. Com a medida, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) passa as competências plenas ao município para licenciamento, fiscalização e controle ambiental das atividades desenvolvidas. Caxias do Sul é o segundo município, depois de Porto Alegre, a obter tal competência. Canoas será a próxima cidade a assinar o convênio de autonomia plena de licenciamento ambiental.

Segundo a secretária Pellini, para a assinatura do convênio a prefeitura precisou se preparar com equipe multidisciplinar e qualificada, treinada pela Fepam. Disse ainda que a medida tem o intuito de diminuir o prazo para licenciamento ambiental.

Para FGV, mercado de trabalho mantém tendência de deterioração

Os indicadores de emprego da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que o mercado de trabalho deverá continuar se deteriorando. O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), que mede o apetite de empresários para contratar, caiu 2,6% em agosto ante julho. Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que reflete a percepção dos brasileiros sobre o mercado de trabalho, caiu 1,4% - isso significa uma melhora, na visão dos consumidores, mas a tendência ainda é de piora, segundo a FGV.

A equipe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) projeta a taxa de desemprego, calculada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), em 8,5% na média de 2015 e em 9,5% em 2016 - ante uma média de 6,8% em 2014. No segundo trimestre, a Pnad Contínua teve taxa de 8,3%, maior nível da série da pesquisa do IBGE iniciada em 2012. “A tendência é continuar aumentando”, afirmou Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador do Ibre/FGV.

Com o recuo de 2,6%, o IA-Emp atingiu, aos 64,2 pontos, o menor nível desde janeiro de 2009 (62,8 pontos), auge da crise internacional iniciada em 2008.

Moura chamou a atenção para o quadro no setor de serviços. O indicador que retrata a situação atual dos negócios para o setor de serviços (-7,0%) foi um dos que puxaram a queda no IAEmp. Outro componente que teve contribuição negativa foi a tendência dos negócios para os próximos seis meses na indústria (-5,1%). “Foi o setor onde a crise chegou por último, afetado pela piora na massa de rendimentos”, disse Moura, lembrando que o desempenho do setor de serviços é muito dependente do consumo das famílias, que, em 2015, começou a puxar o PIB para baixo.

Por outro lado, o recuo de 1,4% do ICD, a primeira queda após sete meses seguidos de alta, significa que a percepção dos consumidores sobre o mercado de trabalho melhorou, mas Moura minimizou o movimento e destacou que dificilmente o índice escapa da tendência de piora.

Para o pesquisador, o recuo no ICD foi apenas uma “oscilação normal da série”, que vinha subindo desde o início do ano. Quando se olha para a média móvel trimestral, o indicador médio de junho a agosto ainda apresenta queda em relação ao período imediatamente anterior.

Grandes profissionais e especialistas circulam aqui.

Agende-se para os próximos encontros:



10 de setembro
“Como anunciar em um ambiente em que dá para pular o anúncio”
Vitor Knijnik
CEO da Snack, rede de canais do YouTube



18 de setembro
“O Consumidor mente”
Bruno Maletta
Sócio-diretor da Consumoteca

Conheça outros benefícios do Círculo ADVB. Associe-se.



O mundo gira. Você impulsiona.

www.advb.com.br
relacionamento@advb.com.br
51.3290.6300

Apoio:

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS